

PROCESSO - A. I. Nº 274068.0009/23-4
RECORRENTES - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL e CENCOSUD BRASIL COMERCIAL S.A.
RECORRIDOS - CENCOSUD BRASIL COMERCIAL S.A. e FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSOS - RECURSOS DE OFÍCIO e VOLUNTÁRIO – Acórdão 1ª JJF nº 0165-01/23-VD
ORIGEM - DAT METRO / IFEP COMÉRCIO
PUBLICAÇÃO - INTERNET 18.06.2025

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO CJF Nº 0110-11/25-VD**

EMENTA: ICMS. IMPORTAÇÕES. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO INCIDENTE SOBRE AS OPERAÇÕES. O sujeito passivo, na primeira instância, afastou parcialmente a acusação, ao comprovar que efetuou o pagamento de parte do imposto devido antes do início da ação fiscal, o que foi reconhecido pela autuante ao prestar informação. Foi corretamente admitida pela JJF a decadência no tocante ao período de 28/02/2018, já que o contribuinte foi notificado do Auto no dia 07/03/2023. O Recurso Voluntário teve caráter genérico, não tendo sido apontado especificamente qualquer equívoco relativo aos valores remanescentes. Rejeitada a preliminar de nulidade. Indeferido o pleito de realização de diligência. Mantida a Decisão recorrida. Recursos **NÃO PROVIDOS**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recursos de Ofício e Voluntário, previstos, respectivamente, no art. 169, I, “a” e “b” do RPAF/99, contra a Decisão proferida por meio do Acórdão da 1ª JJF nº 0165-01/23-VD, que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração acima epigrafiado, lavrado no dia 11/09/2023 para formalizar a constituição de crédito tributário na cifra de R\$ 413.640,62, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f” da Lei nº 7.014/1996, sob a acusação do cometimento da irregularidade assim discriminada na instância de origem:

“Infração 01 – 012.002.001 – Deixou de recolher o ICMS devido pelas importações tributadas realizadas pelo estabelecimento.

Período de ocorrência: fevereiro a maio de 2018”.

A Junta de Julgamento Fiscal (JJF) apreciou a lide no dia de 04/10/2023 e decidiu pela Procedência Parcial por unanimidade, nos termos a seguir reproduzidos (fls. 108 a 115):

“VOTO

A acusação fiscal é de que o autuado deixou de recolher o ICMS devido pelas importações tributadas realizadas.

Inicialmente, cabe consignar que o lançamento de ofício em exame foi realizado em conformidade com as disposições legais e regulamentares, especialmente, no tocante ao aspecto formal, com as disposições do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF), aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, inexistindo vício ou falha que o inquine de nulidade.

Verifico que o autuado recebeu todos os elementos elaborados pela autuante - demonstrativo/planilha – e pode exercer plenamente o seu direito à ampla defesa e ao contraditório, registre-se, conforme exerceu, inclusive, em face às suas alegações devidamente comprovadas, o valor do débito foi reduzido substancialmente pela autuante quando da Informação Fiscal.

O autuado argui como prejudicial de mérito a ocorrência da decadência do direito de a Fazenda Pública Estadual constituir o crédito tributário no período de 28/02/2018, considerando que foi intimado da lavratura do Auto de Infração em 07/03/2023 [fl. 34], sendo forçoso reconhecer a ocorrência da extinção do crédito tributário relativo ao ICMS incidente sobre as operações realizadas até 07/03/2018, já que ultrapassado o prazo decadencial de 5 (cinco) anos previsto no artigo 150, § 4º, do CTN.

Efetivamente, assiste razão ao autuado quanto à ocorrência da decadência no tocante ao período de 28/02/2018.

Já se encontra pacificado no âmbito deste CONSEF - em consonância com o Incidente de Uniformização PGE nº 2016.194710-0 -, que a contagem do prazo decadencial se dá a partir da data de ocorrência do fato gerador, com fundamento no art. 150, § 4º, do CTN, quando o contribuinte declara a ocorrência do fato jurídico tributário, abrangendo-se como tal as operações ou prestações tributáveis, apura o montante do imposto devido, mas efetua o pagamento em montante inferior àquele que corresponderia às operações declaradas.

Indubitavelmente, essa é a questão fática de que cuida o presente Auto de Infração, ou seja, o autuado recolheu o ICMS referente às importações de mercadorias que realizou, contudo, recolheu o imposto a menos, portanto, situação que se amolda ao entendimento acima reportado.

Diante disso, considerando que o autuado foi cientificado da lavratura do Auto de Infração, via DT-e, emitida em 01/03/2023, com ciência tácita em 07/03/2023 [fl. 34], descabe a exigência fiscal atinente ao período de ocorrência de 28/02/2018, no valor originalmente apontado na autuação de R\$ 106.580,89, pois alcançado pela decadência do direito de a Fazenda Pública de constituir o crédito tributário, na forma do § 4º do art. 4º do Código Tributário Nacional – CTN.

Cabível assinalar que a Súmula nº 12 deste CONSEF, dispõe que para efeito da contagem do prazo decadencial, o lançamento só se aperfeiçoa com a ciência do Contribuinte acerca do Auto de Infração, que, no presente caso, somente ocorreu em 07/03/2023 [fl. 34].

No mérito, observo que a alegação defensiva de recolhimento do imposto foi acolhida acertadamente pela autuante quando da Informação Fiscal, o que resultou na redução substancial do valor exigido que passou originalmente de R\$ 413.640,62 para R\$ 43.329,65.

Ocorre que ao se manifestar sobre o resultado apresentado pela autuante na Informação Fiscal, o autuado alega, ainda, a existência de valores que precisam ser excluídos da autuação em razão de não terem sido considerados alguns pagamentos indicados na planilha, os quais representam o montante de R\$ 11.375,38.

A autuante ao ser cientificada da Manifestação do autuado afirma que a pretendida exclusão do valor de R\$ 11.375,38, não pode prosperar.

Registra que o autuado foi notificado para apresentar à fiscalização os processos de importação mediante a Intimação 5, conforme fls. 5/6, assim como foi notificado para informar o número do DAE correspondentes as DI do Anexo 1 da Intimação 11, conforme fls. 07 a 22, além de ser notificado pelo e-mail do dia 17/02/2023, fls. 23/24, sobre as inconsistências pendentes. Explica que as DI que não tiveram o pagamento integral comprovado foram objeto do lançamento fiscal.

Diz, ainda, que apenas na Manifestação o autuado apresentou informações necessárias para que o trabalho fiscal fosse revisado, conforme procedeu, tendo revisado os demonstrativos e procedido as correções pertinentes. Observa que o autuado teve 60 dias para elaborar sua Impugnação e mais uma nova oportunidade na segunda Manifestação para esclarecer quais pagamento não foram considerados na revisão. Afirma que o autuado não esclareceu quais pagamento não foram considerados na revisão.

Apesar de a autuante haver consignado o seu inconformismo quanto ao comportamento do autuado no sentido de não colaborar para solução da lide apresentando os elementos no tempo próprio que permitissem a realização de revisão do trabalho fiscal, o que, inclusive, permite inferir que, de fato, a autuante deixa claro que pretende exigir o que for efetivamente devido, isto, por si só, não pode ser um fator determinante para que se julgue em desfavor do autuado. Ou seja, mesmo que o autuado não tenha apresentado quando lhe foi oportunizado os elementos que pudessem elidir a autuação, a apresentação em momento posterior não pode ser desprezada.

Assim sendo, agiu acertadamente a autuante quando revisou o levantamento fiscal considerando os elementos trazidos pelo autuado na Defesa apresentada, o que culminou na redução do valor do débito, conforme já explanado.

Entretanto, considero que assiste razão a autuante quando diz que o autuado na sua Manifestação alega a existência de valores que ainda devem ser excluídos no total de R\$ 11.375,38, contudo não esclarece quais pagamentos não foram considerados na revisão.

De fato, a análise dos valores remanescentes constantes nos demonstrativos elaborados pela autuante em confronto com os apresentados pelo autuado não permitiu identificar o montante de R\$ 11.375,38 alegado pelo autuado. Certamente que deveria o autuado identificar individualmente os valores para que pudessem ser analisados e, se fosse o caso, excluídos do levantamento fiscal, não simplesmente alegar.

Diante do exposto, com a exclusão do valor de R\$ 106.580,89 originalmente apontado no Auto de Infração, no período de ocorrência de 28/02/2018, por ter sido alcançado pela decadência, conforme esposado acima, e considerando o resultado da revisão realizada pela autuante quando da Informação Fiscal, a infração é parcialmente subsistente no valor de ICMS devido de R\$ 20.649,49, conforme demonstrativo abaixo: [Planilha de fls. 114/115].

Por derradeiro, consigno que não acolho o pedido de diligência formulado pelo autuado, haja vista que a alegação de existência de valores não considerados no montante de R\$ 11.375,38 não veio acompanhada de qualquer elemento identificador dos aduzidos valores que, presume-se, são do seu pleno conhecimento.

É certo que ao solicitar a realização de diligência o interessado deverá, no pedido, fundamentar a sua necessidade, consoante estabelece o artigo 145 do RPAF/BA/99, sendo certo que, no presente caso, não foi apontada pelo autuado a necessidade de sua realização. Indefiro, portanto, o pedido de realização de diligência.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração”.

Em virtude de a desoneração ter ultrapassado o limite estatuído no art. 169, I, “a” do RPAF-BA/1999 (Regulamento do Processo Administrativo Fiscal da Bahia), a 1ª Junta de Julgamento Fiscal (JJF) recorreu de ofício da própria Decisão, contida no Acórdão JJF nº 0165-01/23-VD.

Com respaldo no art. 169, I, “b” do Decreto nº 7.629/1999 (RPAF-BA/1999), o contribuinte interpõe Recurso Voluntário às fls. 135 a 138, no qual inicia aduzindo a tempestividade da peça, sintetizando os fatos e suscitando preliminar de nulidade por violação a princípios basilares do processo administrativo fiscal, a exemplo da busca pela verdade material.

Segundo alega, é premente, nesse momento, o esforço para encontrar a realidade dos fatos, desprezando-se as presunções tributárias ou outros elementos que atentam simplesmente ao aspecto formal.

Por isso, o próprio órgão fazendário deve promover, de ofício, as investigações necessárias à elucidação fática.

Por todas as razões expostas, requer seja dado integral provimento ao Recurso Voluntário, com a consequente reforma do Acórdão combatido, para anular integralmente o Auto de Infração, nos termos da fundamentação acima.

VOTO

No que concerne à validade do procedimento administrativo e da Decisão recorrida, que analisou todas as questões suscitadas na impugnação, a autuante e os julgadores de Primeira Instância expuseram com clareza e correção a fundamentação de fato e de direito, descreveram a imputação, indicando os documentos e demonstrativos (legíveis e sem erros), com seus dados, informações e cálculos, assim como apontaram o embasamento jurídico, que se mostra acertado, claro e compreensível.

Não foi identificada violação ao princípio da busca da verdade material, da motivação, do devido processo legal ou a quaisquer outros de Direito Constitucional, Administrativo ou Tributário, em especial os do Processo Administrativo Fiscal (artigo 2º do RPAF/99), tendo sido observada a garantia à ampla defesa e ao contraditório.

Rejeitada a preliminar de nulidade.

O presente Auto de Infração foi lavrado sob a seguinte acusação:

“Deixou de recolher o ICMS devido pelas importações tributadas realizadas pelo estabelecimento.

Período de ocorrência: fevereiro a maio de 2018”.

Na realidade, trata-se de recolhimento a menor do ICMS importação, pois, como a própria auditora informou à fl. 84 (informação fiscal): *“As DI que não tiveram pagamento integral comprovado foram objeto do lançamento fiscal”*, sendo que, naquela oportunidade, revisou a autuação para valor menor, em face dos comprovantes de recolhimentos apresentados pelo sujeito passivo (fls. 86/87).

Além disso, no exercício fiscalizado (2018), o recorrente possui diversos pagamentos a título de importação, Fundo de Combate à Pobreza, imposto normal etc., o que se pode constatar no sistema INC.

De acordo com o Incidente de Uniformização PGE nº 2016.194710-0, quanto à obrigação principal, o prazo decadencial deve ser contado a partir da data de ocorrência do fato gerador, com

fundamento no art. 150, § 4º do CTN, quando o contribuinte declarar a ocorrência do fato jurídico tributário, apurar o montante do imposto devido, mas efetuar o pagamento em valor inferior àquele que corresponderia às operações declaradas.

Conta-se o prazo decadencial a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, com fundamento no art. 173, I do CTN, quando: **a)** o contribuinte declarar a ocorrência do fato jurídico tributário, apurar o montante do imposto devido, mas não efetuar o respectivo pagamento; **b)** o contribuinte não declarar a ocorrência do fato jurídico tributário, isto é, omitir a realização da operação ou prestação tributável; **c)** o contribuinte declarar a ocorrência do fato jurídico tributário, apurar o montante do imposto devido, efetuar o pagamento da importância pecuniária declarada, porém, posteriormente, o Fisco verificar que o valor recolhido foi menor do que o efetivamente devido, em virtude de dolo, fraude ou simulação, que não foram ventilados nos presentes autos.

A ciência da lavratura ocorreu no dia 07/03/2023 (fl. 34) e houve recolhimentos, motivo pelo qual tenho como acertada a Decisão da Junta de acolher a prejudicial de decadência atinente ao período de 02/2018.

Todos os elementos necessários para julgar estão contidos nos autos. Indefiro o pedido de realização de diligência ou perícia, com base no art. 147, I, “a” do RPAF/99.

O Recurso de Ofício resulta de ter sido acolhida a decadência e da correta revisão da auditora, acolhida pela JJF, tendo em vista os comprovantes apresentados pelo então defendente.

A alegação defensiva de recolhimento parcial do imposto foi acolhida pela autuante quando da Informação Fiscal, o que resultou na redução substancial do valor exigido, que passou de R\$ 413.640,62 para R\$ 43.329,65 (fls. 86/87). Com a decadência do valor referente a 02/2018, para R\$ 20.649,49.

Recurso de Ofício Não Provido.

Conforme se expôs no Relatório supra, ao interpor o Recurso Voluntário, de forma genérica, o contribuinte se ateve apenas e tão somente à preliminar de nulidade, que já foi afastada, não tendo sido apontado especificamente qualquer equívoco relativo aos valores remanescentes.

Recurso Voluntário Não Provido.

Mantida a Decisão recorrida.

Em face do exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO dos Recursos de Ofício Voluntário.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** os Recursos de Ofício e Voluntário apresentados e manter a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 274068.0009/23-4, lavrado contra **CENCOSUD BRASIL COMERCIAL S.A.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 20.649,49**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 19 de maio de 2025.

RUBENS BEZERRA SOARES – PRESIDENTE

PAULO DANILO REIS LOPES – RELATOR

MARCELO CARDOSO DE ALMEIDA MACHADO – REPR. DA PGE/PROFIS